



Fórum de Pró-Reitores de Extensão  
das Instituições Públicas de  
Educação Superior Brasileiras



## Curricularização da extensão: Propostas de universidades federais paulistas

Lucimara Del Pozzo Basso<sup>1</sup>, Adriana dos Santos Reis Lemos<sup>2</sup>, Pedro Henrique Pimenta<sup>3</sup>, Elisangela de Souza Bezerra<sup>4</sup>, Maria Antonia Ramos de Azevedo<sup>5</sup>, Fernando Stanzione Galizia<sup>6</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca analisar as propostas de curricularização da extensão universitária da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Apesar do estado de São Paulo contar com uma terceira universidade federal, não exploramos a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) pois, até o momento da escrita do trabalho, ainda não foi apresentada pela instituição uma proposta de curricularização da extensão. A pesquisa se caracteriza na modalidade qualitativa, utilizando o método de análise documental para explorar as concepções de extensão, assim como as propostas de curricularização, das instituições citadas. Com tal proposta, a busca foi realizada dentro dos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI), Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI) e documentos institucionais autônomos desenvolvidos com o propósito de normatizar a curricularização. A partir de nossa análise foi possível observar semelhanças quanto ao direcionamento da extensão como um elemento curricular não desvinculado do contexto universitário. Não obstante, ambas as propostas ainda são tímidas em sua função pedagógica para com os objetivos da extensão, voltando-as a documentos que tangem o aspecto técnico da implementação da curricularização.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Pedagogia Universitária; Extensão Universitária

### Curricularization of extension education: Proposals from the federal universities of São Paulo

**Abstract:** This article analyzes the proposals for the curricularization of university extension education at the Federal University of ABC (UFABC) and the Federal University of São Paulo (UNIFESP). Although the State of São Paulo has a third federal university, we did not explore the Federal University of São Carlos (UFSCAR) because, to the date this work is written, no proposal for an extension education curriculum has been presented by the institution. The research is characterized by the qualitative modality, using the documental analysis method to explore the conceptions of extension, as well as the proposals of curricularization from the institutions. Because of that, the study was carried out within the Institutional Pedagogical Projects, Institutional Development Plans, and autonomous institutional documents were developed to standardize the curriculum. From our analysis, it was possible to observe similarities regarding the direction of extension as a curricular element not disconnected from the university context. However, both proposals are still timid in their pedagogical function toward the extension objectives, turning them into documents that only touch the technical aspects of the curricularization's implementation.

**Keywords:** Higher Education; University Pedagogy; University Extension

*Originais recebidos em  
19 de março de 2023*

*Aceito para publicação em  
21 de julho de 2023*

1  
Instituto Federal de São Paulo (IFSP),  
Campus São Paulo, São Paulo/SP, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-8589-1185>  
(autora para correspondência)  
[lbasso@ifsp.edu.br](mailto:lbasso@ifsp.edu.br)

2  
Universidade Estadual de Santa Cruz  
(UESC), Ilhéus/BA, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-2137-4584>

3  
Universidade Estadual Paulista "Julio de  
Mesquita Filho" (UNESP) - Campus Rio  
Claro, Rio Claro/SP, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-7210-4779>

4  
Universidade Estadual Paulista "Julio de  
Mesquita Filho" (UNESP) - Campus Rio  
Claro, Rio Claro/SP, Brasil

5  
Universidade Estadual Paulista "Julio de  
Mesquita Filho" (UNESP) - Campus Rio  
Claro, Rio Claro/SP, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-6215-2902>

6  
Universidade Federal de São Carlos  
(UFSCar), São Carlos/SP, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0002-9597-0733>

---

## Introdução

Atualmente, diversos autores da área de Educação defendem a importância da extensão no processo formativo dos estudantes de graduação, tais como Gadotti (2017) e Lisbôa Filho (2022). Fundamentada na indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, tem se exigido cada vez mais das universidades reconhecer e valorizar a extensão como um elemento formativo, a partir da atuação conjunta entre a comunidade universitária e os demais setores da sociedade.

Inspirada nessa concepção de extensão como ação formativa, voltada para a transformação social, a extensão universitária vem se consolidando, no decorrer de seu processo histórico, sob a função primordial de integrar a universidade à sociedade. Com este objetivo foram se instituindo os fatores normativos, dentre os quais o Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) e a Constituição Federal de 1988, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012 (FORPROEX, 2012).

A partir destas normativas, é criada a Resolução CNE/CES nº 7, de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. O artigo 4º desta Resolução, determina que “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”. Surge então o termo “curricularização da extensão”, ou seja, o processo que as universidades tiveram de realizar e normatizar para tornar as atividades de extensão parte obrigatória da carga horária de seus cursos de graduação.

Tendo em vista este contexto, o eixo Política, Gestão e Organização Institucional Universitária do Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia Universitária da Universidade Estadual Paulista, Unesp – Rio Claro/SP, se organizou para investigar como se configuram as propostas de curricularização das universidades federais do estado de São Paulo quanto à concepção e ao plano de materialização da extensão nos cursos superiores. Assim, a pesquisa centrou-se nas propostas de curricularização da extensão da Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Visto que esta última ainda está em processo de elaboração, este trabalho apresenta apenas o estudo da UFABC e UNIFESP.

### *Extensão universitária e o processo de curricularização da extensão*

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como elementos fundamentais para o desenvolvimento da universidade, no âmbito de uma educação de qualidade. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394 de 1996) reitera essa afirmativa situando a promoção da extensão como uma das finalidades da educação superior. Amparado por essas diretrizes, o Plano Nacional de Educação (PNE) - década de 2001-2011 - menciona a extensão entre os objetivos e metas da educação superior, instituindo que 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação sejam integralizados em ações extensionistas (Lei n. 10.172, 09 de janeiro de 2001).

Essa obrigatoriedade é reiterada no PNE vigente (2014-2024), ao estabelecer a extensão como uma das estratégias (estratégia 7) para elevar a taxa de matrícula da educação superior (meta 12): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e

---

---

projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014,).

Conforme assinala Azevedo (2022), a Política Nacional de Extensão vem rematar o entendimento de que a Extensão não pode mais ser considerada atividade menor na tríade ensino-pesquisa-extensão e nem mesmo se deve institucionalizar uma extensão que não dialoga efetivamente com a sociedade. Isso porque essa política preconiza a relação horizontal em que universidade e sociedade aprendem mutuamente e fazem educação de forma colaborativa e transformadora, constituindo a extensão como processo educativo, cultural e científico, em uma perspectiva de articulação entre as áreas e de reconhecimento da ecologia de saberes (Santos, 2008). Nesse entendimento, a extensão não deve mais ser entendida como ação *para* a sociedade, mas, *com* a sociedade. Essa concepção filia-se ao pensamento de Freire (2013) ao evocar a relação dialógica que deve existir da universidade com o meio e as demandas sociais e de que a extensão se contextualiza em contraponto antagônico à relação vertical que sobrepõe os saberes institucionalizados em relação aos popularizados.

No mesmo sentido, complementa Azevedo (2022, p. 52): "[...] a curricularização da extensão visa institucionalizar uma política extensionista no âmbito universitário que nos convida a redirecionarmos o trabalho formativo ao trazer para o cenário universitário a reestruturação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) [...]". A autora afirma que isso se dá com a efetiva implementação dos seus fundamentos centrais, caracterizados pelos cinco "Is". São eles: Interação dialógica, Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, Impacto na formação do estudante e Impacto e transformação social (Azevedo, 2022).

Assim, a interação dialógica é marcada pelo diálogo entre universidade e sociedade, é uma via de mão-dupla, de troca de saberes e de superação do discurso da hegemonia acadêmica. Conforme defende Lisboa Filho (2022, p. 26):

A interação dialógica exige a manutenção do diálogo constante entre os extensionistas, as instituições e as comunidades. [...] a Extensão não acontece dentro das universidades nem é um movimento de dentro para fora da universidade, pelo contrário, ela pede reciprocidade [...].

A Interdisciplinaridade e interprofissionalidade exige a interdependência e a comunicação entre as diferentes áreas e reclama por material analítico e metodologias de consistência teórica e operacional, capazes de estruturar o trabalho dos atores no processo social e de conduzir à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que esse diálogo e a troca de saberes estabelecidas na Extensão podem ser estendidos "aos problemas de Pesquisa (impactando na produção de novos conhecimentos) e aos projetos de Ensino, dentro e fora do ambiente acadêmico" (Lisboa Filho, 2022, p. 27).

Já o Impacto e a transformação social se efetivam por meio da dedicação contínua da extensão em estar conectada com as demandas da sociedade, além das ações extensionistas terem como meta provocar impacto e favorecer essa transformação social. No que tange ao impacto na formação do estudante, segundo Lisboa Filho (2022, p. 28), "[...] deve ser o principal condutor da Extensão, pois é o que justifica e caracteriza as ações extensionistas das instituições de ensino". Assim, a Extensão corrobora no processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação profissional e de sua formação cidadã.

Desse modo, compartilhamos a ideia de que, ao assumir a Política de Extensão, a Universidade precisa reestruturar a proposta formativa de seus cursos e, assim, a formação passará a ter uma dimensão mais ampla, interdisciplinar e articulada frente aos desafios inerentes à sua realidade e ao seu contexto (Azevedo, 2022).

---

---

Por conta disso, defendemos que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), vinculado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma Universidade, são documentos fundamentais e balizadores da Instituição e são os alicerces para a construção, implementação e avaliação sistemática dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de todos os cursos que a instituição se compromete a oferecer. Nessa direção, conforme salienta Azevedo (2022), a organização dos PPPs deve estar vinculada aos eixos estruturantes, núcleos e blocos que, por um lado, representarão os alicerces que constituem o ápice do campo profissional a que se destinam e, por outro, precisarão necessariamente estar vinculados à realidade.

Assim, concluímos que todas as ações extensionistas têm função educativa e formativa, pois acontecem no contexto social, envolvem pessoas, trabalham com diferentes ideias, conhecimentos, valores, costumes e pensamentos. Desse modo, cabe às universidades garantir, aos docentes e discentes, espaço, valoração e respeitabilidade em todas as ações inerentes à vida universitária.

## Procedimentos metodológicos

Com base na classificação de Alves-Mazzotti (1996), para a análise dos documentos político-pedagógicos das instituições em estudo, recorreremos ao paradigma construtivista. Essa orientação contempla uma ontologia relativista, onde as construções mentais pautam a realidade e são compreendidas no contexto e nas experiências sociais dos sujeitos; uma epistemologia pautada na subjetividade como fundamento da elaboração e exposição do conhecimento pelos indivíduos; e em uma metodologia hermenêutico-dialética, onde as construções mentais são acionadas e interpretadas pela hermenêutica e confrontadas dialeticamente.

Nesse sentido, adotamos a abordagem qualitativa, fundamentada no tratamento aprofundado dos dados e no entendimento do social como um conjunto de significados a serem apreendidos e na aproximação da relação entre sujeito e objeto. Minayo e Sanches (1993, p.40), apontam para a importância dos sujeitos e do subjetivo quando afirmam que “é no campo da subjetividade e do simbolismo que se afirma a abordagem qualitativa”.

Destarte, conforme essas assimilações metodológicas, compreendemos que o material a ser investigado na presente pesquisa expressa em seu conteúdo, embora burocrático, revelações de condições estruturais, construções simbólicas e representações de determinadas condições históricas, culturais e socioeconômicas, reveladas no discurso dos sujeitos componentes da elaboração documental.

Em relação ao método utilizado, trata-se da análise documental. Esta se assemelha à tipicidade da pesquisa bibliográfica, se distinguindo pela natureza dos documentos e consequente diversidade nos procedimentos a serem adotados (Gil, 2002). Nesta, a questão documental vai além do texto e passa a ser caracterizada por sua proposição, ação e consequentes objetivos explícitos e implícitos em sua articulação e veiculação. Assim, os documentos passam a ser entendidos como meios de comunicação.

Desta forma, o documento não corresponde diretamente a uma realidade factual, inata, mas a um contexto próprio e escolhido, traduzido em uma versão específica da realidade com base em seus objetivos. Partindo destes pressupostos organizados no trabalho de Flick (2009), entendemos documentos como objetos de investigação oportunos para entender a articulação afirmativa das instituições gestoras.

Diferentemente das pesquisas bibliográficas típicas, a pesquisa documental se delimita em objetivos de maior especificidade, constituindo um fim em si mesma pela utilização, ou não, de hipóteses. No caso de nossa pesquisa, nos concentramos no modo em que os processos de curricularização das práticas extensionistas se articulam institucionalmente e, portanto, na forma que as entidades redatoras entendem e direcionam as propostas de extensão.

---

Após a coleta dos dados junto aos documentos institucionais, estes foram, em um primeiro momento, categorizados. Para tal, foram criados dois tipos de categorias: as gerais, advindas dos objetivos e do referencial teórico da pesquisa; e as específicas, que surgiram a partir dos próprios dados.

A partir desta forma de categorização, selecionamos unidades de contexto e unidades de registro. As primeiras são trechos mais ou menos longos dos dados que julgamos ser importantes de alguma forma para a pesquisa. Já as segundas são trechos menores selecionados destas unidades de contexto e que dão sentido às análises, subsidiando inclusive a criação da categoria específica (Gomes, 1994).

Seguindo ainda as ideias de Gomes (1994), a análise dos dados foi realizada em quatro etapas: pré-análise, exploração, tratamento e interpretação dos dados. Na pré-análise, lemos de forma geral todo o material selecionado. Em seguida, na etapa de exploração, criamos as categorias gerais, recortamos as unidades de contexto e, delas, as unidades de registro, além de termos criado as categorias específicas a partir das unidades de registro encontradas e escrito algumas reflexões iniciais, bem como algumas dúvidas.

Após isso, na etapa de tratamento do material, alocamos as unidades de registro em suas respectivas categorias e tecemos mais algumas reflexões. Por fim, na quarta e última etapa, interpretamos os dados, sendo que, amparados, como já dito, na abordagem qualitativa, buscamos desvendar o conteúdo subjacente ao que estava sendo dito nos documentos selecionados.

Para cumprir os objetivos propostos, a análise dos conteúdos presentes nos documentos analisados foi pautada em duas categorias gerais: a concepção de extensão e a proposta de extensão presente nos documentos que regulamentam o processo de curricularização da extensão nas instituições estudadas: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Universidade Federal do ABC (UFABC). Assim, foram três documentos analisados: o “Guia para curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo” (UNIFESP, 2021), o “Guia para a Curricularização da Extensão e Cultura na UFABC” (UFABC, 2020) e o “Plano de Desenvolvimento Institucional UFABC” (UFABC, 2019). Cabe ressaltar que o Guia elaborado pela UNIFESP foi considerado suficiente para se atingir os objetivos da pesquisa, devido ao fato de que o documento está em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFESP. Já no caso da UFABC, foi necessário se analisar dois documentos – o guia e o PDI.

## **Análise e discussão dos resultados**

As análises aqui apresentadas visam articular as categorias que emergiram da pesquisa. As categorias específicas, as unidades de contexto e as unidades de registro se interrelacionam de forma integrada pelo nosso intuito de correlacionarmos as propostas de materialização da curricularização da extensão com as concepções de extensão contidas nos referidos documentos, evitando a fragmentação da análise.

### *A proposta de curricularização da extensão da UNIFESP*

O termo curricularizar denota a ideia de que a extensão deve ser um componente do currículo do curso. Em outras palavras, que a extensão faça parte do processo de formação do estudante na Instituição de Ensino Superior. Percebe-se que esse entendimento está presente na proposta de curricularização da UNIFESP (2021), ao mencionar que o processo de curricularização da extensão é um processo formativo que compõe o currículo dos cursos de graduação, como advogam Gadotti (2017) e Lisbôa Filho (2022):

[...] compreende-se a extensão como um *componente formativo, ou seja, como um componente curricular*, o que é diferente do caráter e do objetivo das atividades de extensão que são reconhecidas no âmbito das Atividades Complementares. (UNIFESP, 2021, p.11, grifo nosso)

---

Cabe destacar que o processo de elaboração da proposta de curricularização da UNIFESP foi marcado pelo alinhamento entre a extensão e a graduação e pela valorização de experiências tanto da própria instituição quanto de outras instituições. Apesar disto demonstrar uma dimensão dialógica ao processo de formulação da proposta, não encontramos menção de diálogo com a comunidade externa à IES, onde as ações de extensão acabam ocorrendo. Esse ampliamiento da interação dialógica, entendido como diálogo interno e externo à IES, envolvendo não apenas outras IES mas a comunidade, vai ao encontro das ideias das Diretrizes para a Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e de Lisboa Filho (2022), que defendem a interação dialógica na dimensão da extensão, marcada pelo diálogo entre universidade e sociedade, troca de saberes e superação do discurso da hegemonia acadêmica.

A proposta da UNIFESP tem como orientação que esse processo de curricularização da extensão demanda a revisão e, quiçá, a mudança de paradigma sobre a forma de ensinar no contexto da educação superior. Essa preocupação é evidenciada no documento ao referenciar a extensão e lançar questionamentos sobre o perfil do profissional que está formando e para que essa formação se propõe. Essa percepção está presente em vários trechos do documento, conforme exemplificado a seguir:

[...] a “curricularização da extensão” compreende uma mudança na prática docente, isto é, no modo como determinados conteúdos podem ser trabalhados junto aos estudantes no âmbito das disciplinas. (UNIFESP, 2021, p. 11, grifo nosso)

Além disso, a proposta de curricularização da UNIFESP se mostra sensível à necessidade de analisar o porquê dos conteúdos ensinados - qual a sua importância -, dos métodos de ensino e de como é possível desenvolvê-los por meio das atividades de Extensão. Essa ideia está permeada por questões de avaliação e reflexão sobre estes processos:

Quem estamos formando e para o que estamos formando? Por que estamos ministrando esses conteúdos? Por que são importantes? Como ensinamos esses conteúdos? É possível desenvolver esses conteúdos por meio de atividades de extensão? Com que público faremos isso? E por quê? Qual é o impacto dessa interação na formação dos estudantes, na compreensão desses conteúdos e sobretudo na reflexão que eles fazem de sua formação e de sua atuação profissional? Qual é o impacto sobre esse grupo social com o qual se estabelece essa interação? Como esse grupo entende e avalia essa interação, a relação com estudantes, com docentes, com a universidade? (UNIFESP, 2021, p. 9)

Identificamos que, entre as questões realizadas, a instituição destaca a relevância de se ponderar a escolha do público a que se destina as atividades extensionistas e dá atenção ao impacto dessa interação na formação dos estudantes, no que tange à compreensão desses conteúdos além de, e sobretudo, na reflexão que eles fazem de sua formação e de sua atuação profissional.

No documento, observa-se que a instituição pretende credenciar à proposta da curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação, para além da possibilidade de formação, a revisão do papel do estudante, que passa a ser protagonista no seu processo de aprendizado:

A curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação expressa a compreensão da experiência extensionista como elemento formativo e coloca o estudante como protagonista de sua formação [...]. (UNIFESP, 2021, p. 11, grifo nosso)

Quanto ao contexto da curricularização da extensão nos cursos de graduação, segundo o documento da UNIFESP analisado, essa prática visa também promover, além da mudança da prática docente e do papel do estudante, uma transformação da/na Universidade tanto na estrutura organizacional quanto no seu papel nos cenários local, nacional e global.

---

---

O contexto da curricularização da extensão nos cursos de graduação vem promover uma transformação também na Universidade, nos seus vários segmentos, isto é, suscitar revisões da prática docente, alterações e ajustes na estrutura organizacional da Universidade e, inclusive, novas reflexões sobre o conceito e o papel da Universidade no contexto nacional e internacional atual. (UNIFESP, 2021, p. 12)

No que diz respeito à materialização da extensão nos currículos dos cursos de graduação, a proposta da UNIFESP prevê que a curricularização da extensão se dê no conjunto das disciplinas dos cursos de graduação. E, para isso, incentivou o reconhecimento de atividades de extensão já presentes nas disciplinas dos cursos, não exigindo o acréscimo de carga horária destas disciplinas ou cursos. Desse modo, a proposta sugere considerar os conteúdos das disciplinas e avaliar possibilidades de formatos de trabalho, conforme ilustra o excerto a seguir:

[...] a inserção da extensão na matriz curricular elaborada na UNIFESP dar-se-á pelas disciplinas dos cursos de graduação. Isso, todavia, não significa que haveria acréscimo de carga horária nas disciplinas, tampouco na carga horária total dos cursos. A proposta UNIFESP entende que é preciso olhar para os conteúdos das disciplinas e avaliar possibilidades de mudança na forma como esses conteúdos são desenvolvidos, ensinados ou trabalhados dentro das disciplinas pelos docentes. Se for possível trabalhar esses conteúdos por meio de atividades de extensão, então significa que essa disciplina pode validar carga horária de extensão correspondente ao desenvolvimento dessas atividades, o que inclui não apenas a sua execução, mas também a sua preparação e avaliação. (UNIFESP, 2021, p.11)

Sobre a organização das atividades de extensão, a UNIFESP propõe que estas se desenvolvam no âmbito de projetos e de programas, visto as características e finalidades que esses tipos de ações extensionistas comportam.

Em síntese, constata-se que, no que concerne à concepção de extensão, a proposta de curricularização da UNIFESP enaltece a função essencial da extensão: integração entre universidade e sociedade. Percebemos também uma perspectiva de intenção dialógica no desenvolvimento de relações entre a universidade e setores sociais, embora ainda sem um vínculo explícito à ideia de horizontalidade presente na ecologia de saberes, sobremaneira na implementação desta política junto à comunidade local.

Denotamos, ainda, uma reiterada preocupação da instituição com o propósito dos programas (conteúdo, método, público), da formação reflexiva dos envolvidos (discentes, docentes e sociedade), bem como a necessidade e reconhecimento do protagonismo do estudante. No entanto, notamos que a proposta ainda carece de uma perspectiva mais radical no sentido da formação para a transformação social.

No que tange à materialização da extensão nos currículos dos cursos de graduação, observamos que, assim como as demais Instituições de Ensino Superior, a proposta analisada faz parte da explicitação do *modus operandi* para o cumprimento da regulamentação legal/institucionalização sobre a extensão no ensino superior (carga horária, formatos de creditação, responsabilidades). Entretanto, para além do cumprimento da norma, a instituição analisada se preocupou em construir uma proposta a partir do diálogo com os diversos atores e setores internos à IES envolvidos, valorizando e reconhecendo o trabalho já realizado e a articulação entre as áreas de conhecimento. Percebemos, porém, que a sociedade poderia ter sido inserida de forma mais participativa na elaboração da proposta.

### *A proposta de curricularização da extensão da UFABC*

Diferentemente da UNIFESP, a UFABC não aborda sua concepção de extensão no bojo de seu Plano de Desenvolvimento Institucional. No texto, o termo extensão sempre se encontra ligado ao tripé institucional,

---

---

junto ao ensino e pesquisa, dificilmente estando isolado em sua dimensão curricular - o que pode denotar uma preocupação da IES em trabalhar essas ações de forma indissociada e sem hierarquia entre elas, como preconiza a legislação e autores como Azevedo (2022). Não obstante, a extensão é descrita como ferramenta pela qual a universidade se relaciona com a sociedade:

A universidade conecta-se e comunica-se com a sociedade por meio da extensão, abre-se para membros da sociedade e os integra pela inclusão, e conduz suas próprias atividades por meio da gestão universitária (UFABC, 2019, p.27).

Na perspectiva do texto, a extensão universitária assume a função de articular os interesses da instituição quanto às demandas sociais, sem desconsiderá-las, como meio de favorecer a formação do estudante e promover intervenções sistematizadas em parceria com a sociedade. Esse entendimento da IES vai ao encontro das ideias de Santos (2008), Freire (2013), Azevedo (2022) e Lisbôa Filho (2022) de que as IES não podem institucionalizar uma extensão que não dialoga efetivamente com a sociedade, numa perspectiva de “mão dupla”. O trecho a seguir deixa ainda mais claro esse entendimento:

Neste sentido, entende-se a extensão como uma porta permanentemente aberta, que permite que a universidade interaja de forma orgânica e estrutural com a sociedade. À extensão cabe romper as tendências de isolamento, por meio do exercício de levar e trazer demandas, informações, aprendizado, conhecimentos, de modo a potencializar, fortalecer e dar renovados sentidos às ações de ensino e de pesquisa na universidade pública (UFABC, 2019, p.95).

É perceptível a preocupação do documento com o protagonismo dos estudantes no decorrer deste processo, na ação de promover um intenso movimento em ressignificar o papel da Universidade como mediadora das transformações sociais, como advoga Azevedo (2022).

Reiterando o compromisso social da Universidade aliada às práticas extensionistas, o plano comunica um cenário de valorização dos saberes populares aliados à democratização do ensino, por meio das comunidades em que atua. Tais relações favorecem a interação dialógica a partir da atuação em parceria com a sociedade e na troca constante de saberes, promovendo uma relação concreta entre a universidade e a comunidade por integrar os diversos setores da Instituição para a concretização de seu compromisso.

O documento traz a ideia de se criar um “Campus de Extensão” com o objetivo de ser um local para a realização de atividades extensionistas diversas. Assim, além de uma mera prestação de serviços, a UFABC aborda conjuntamente a ressignificação das práticas extensionistas ao propor um espaço pedagógico que acolhe e viabiliza o atendimento para o público em geral. A contextualização da extensão é pautada no meio social externo à universidade, preconizando a formação cidadã em suas diversas esferas.

Tendo em vista tal objetivo, o plano institucional instrui práticas extensionistas na forma de ferramentas, cursos, palestras e oficinas que possibilitam as ações na perspectiva bidirecional – universidade-sociedade e sociedade-universidade. Através delas, os princípios norteadores das ações extensionistas são fundamentados no impacto e na transformação social, a fim de que o sujeito do processo seja capaz de agir diretamente em questões problematizadoras (UFABC, 2019, p.99-100).

A literatura especializada está plena de estudos que demonstram a importância de as universidades abrirem-se para a interação com segmentos organizados da sociedade civil, numa perspectiva dialógica, de formação e capacitação de lado a lado, de assessoria e formulação de contribuições para concepção, monitoramento e avaliação e aperfeiçoamento das políticas institucionais e políticas públicas (UFABC, 2019, p.99-100).

Quando nos direcionamos a explorar a disposição das propostas de curricularização da extensão da UFABC, ou seja, os meios pelos quais a universidade pretende cumprir seus objetivos para com a curricularização da extensão, observamos que o Plano Institucional em si não explicita as condutas e ações que a instituição irá

---



---

seguir para com sua prática extensionista. Não obstante, a universidade articulou um guia, nomeado “Guia para a Curricularização da Extensão e Cultura na UFABC” (UFABC, 2020), tendo este, o objetivo de explorar mais abrangentemente o plano de ação das práticas extensionistas em sua nova estrutura. O guia é um documento completo, composto da perspectiva histórica, forma de reconhecimento da carga horária, ações planejadas e propostas, dentre outros aspectos que orbitam a configuração da extensão como prática curricular.

Pelo documento, a universidade passa a transparecer as diretrizes da prática extensionista por entre os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), colocando sobre estes a responsabilidade de administrar, não somente a carga horária, mas a tipicidade das atividades que serão levadas em consideração como forma de extensão e cultura.

O PPC dos cursos deverá apresentar orientações para os discentes sobre a quantidade de horas que deverá cumprir em extensão e/ou cultura, além de orientar sobre o tipo de ação que será permitida para a integralização do currículo. O PPC dos cursos poderá apresentar uma lista, na forma de anexo, das ações de extensão sugeridas para os discentes. (UFABC, 2020, p. 6, grifo nosso)

A certificação das atividades será realizada em conjunto com as atividades complementares, de forma a que o estudante possa estar ciente do registro das mesmas em seu histórico escolar (UFABC, 2020). Destarte, as atividades de extensão não têm necessariamente vínculo com as disciplinas, tornando-as formas de integração cultural não centradas nos professores e na oferta das disciplinas, mas aberta a possibilidades abrangentes, sem deixar de ser objetivadas no Projeto Pedagógico.

A delimitação e delineamento das atividades de extensão são descritos como responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante e da Coordenação do Curso, apoiados pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e pela Pró-Reitoria de Graduação (UFABC, 2020). Portanto, as propostas de extensão se alinham à responsabilidade do corpo de funcionários e poderão se apresentar em duas modalidades: por Edital - tendo este duas possibilidades de implementação - e por Fluxo contínuo.

Os formatos possíveis para as atividades de extensão também são expostos no guia, podendo ser em Curso, Evento, Projeto ou Produto. A partir destes, os estudantes podem ser colocados como membros da equipe executora, bolsistas ou voluntários, podendo exercer, no máximo, dez horas semanais de atividades. Como já mencionado, a certificação das atividades dos estudantes será vinculada a seu histórico escolar e contará como uma carga horária à parte, se desvinculando da creditação teórica e prática do curso, compondo uma nova forma de crédito específico para a extensão.

Não obstante, é pautada pelo guia a possibilidade de, em disciplinas de caráter metodológico-pedagógico extensionista, ser possível considerar a somatória da creditação de atividades teóricas e práticas destas como parte do crédito extensionista. Também há no documento a possibilidade da realização de ações de extensão e cultura de forma paralela à realização de disciplinas, a partir de propostas docentes que vinculam os estudantes de determinada disciplina a uma ação de extensão em comum (UFABC, 2020). Desta forma, a prática extensionista é articulada de formas externa, paralela e interna às disciplinas, possibilitando espaços que englobam a prática extensionista em todo o ambiente formativo institucional.

Os direcionamentos do guia para com a atividade extensionista se desenham nas dezoito páginas que, por mais que explorem as possibilidades da nova configuração de créditos, tornam-nas amplas, sendo delimitadas pelo crivo do corpo docente de curso e tendo prática abrangente ao longo de toda trajetória institucional. Contudo, tanto no Plano de Desenvolvimento Institucional como no guia citado, não é abordada a relação pedagógica quanto a seu elemento transformador do sujeito e do meio, da prática extensionista, assim como sua relação com o meio pelo qual a universidade se contextualiza.

---

---

Do modo que se coloca, o texto é completo no que tange a caracterização e creditação da extensão, mas quando tratamos de curricularização, nos referimos à autonomia da instituição quanto às finalidades pedagógicas para com o meio que se estabelece, e, neste contexto, o plano e, principalmente, o guia, apresentam uma perspectiva mais técnica, com foco na creditação, sem um aprofundamento teórico-conceitual mais amplo acerca das concepções de extensão e curricularização.

## Considerações finais

O objetivo geral deste estudo foi investigar como se configuram as propostas de curricularização das universidades federais do estado de São Paulo quanto à concepção e ao plano de materialização da extensão nos cursos superiores. Conforme já mencionado, uma vez que a UFSCar ainda está em processo de elaboração de sua proposta, este trabalho apresenta apenas o estudo da UFABC e UNIFESP.

Notamos que a UNIFESP tem uma proposta de curricularização da extensão consolidada. O documento estudado, para além de enfatizar a importância da integração entre extensão e graduação, valoriza as experiências anteriores da instituição e a troca com outras IES. No entanto, observa-se que ainda falta diálogo com a comunidade externa, conforme demandam as diretrizes para a extensão universitária, ao atuar na defesa da interação dialógica das IES com a sociedade.

A UNIFESP mostra uma proposta consistente também quando se apoia numa concepção de educação superior que valoriza o protagonismo discente e a importância da seleção dos conteúdos ensinados. Observamos, ainda, um destaque à necessidade de avaliação dos métodos de ensino e a relevância de ponderar a escolha do público-alvo das atividades extensionistas, além da consideração dos reflexos da prática extensionista para a formação do estudante e na sua atuação profissional.

Já a UFABC demonstra um foco na atuação da extensão para com a prática pedagógica e social. Por tal norteamento, a prática da extensão se consolida de forma bem estruturada no que tange à construção de suas ações, configuradas propriamente para não se desassociar-se do contexto em que se estabelece. Não obstante, se faz fundamental a elaboração de diretrizes explícitas no que tange a concepção da extensão no cerne de sua fundamentação, suas influências e finalidades. Na forma que os documentos desta IES pesquisados apresentam, não há clareza quanto à natureza da extensão em sua abrangência institucional. Ainda assim, a proposta apresentada é transformadora no processo de emancipação e autonomia dos sujeitos envolvidos, promovendo a articulação consciente entre a universidade e a sociedade.

Ressalta-se, porém, que, tanto na UNIFESP quanto na UFABC, ainda é tímida a clareza das propostas frente à organização do trabalho pedagógico dos seus profissionais visando uma formação interdisciplinar, contextualizada e transformadora da realidade.

Finalizando, ressaltamos a importância do entendimento da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) que propõe, por um lado, a ressignificação do papel da extensão, de forma a colocá-la como eixo constitutivo para a verdadeira articulação entre ensino e pesquisa junto à sociedade e, por outro, visa a qualificação da formação dos membros de sua comunidade. Há, assim, a busca por mudanças paradigmáticas acerca do próprio papel da universidade que precisa estar em plena sintonia e articulação com a sociedade e não mais permanecer isolada frente à complexidade da contemporaneidade.

## Contribuição de cada autor

Os autores participaram igualmente da concepção, do planejamento, da análise e da interpretação dos dados. Da mesma forma, todos realizaram a redação do artigo e, dessa forma, possuem responsabilidade pela aprovação final para publicação.

---

---

## Referências

- Alves-Mazzotti, A. J. (1996). O debate atual sobre os paradigmas de pesquisa em educação. *Cadernos De Pesquisa*, 96, 15–23.
- Azevedo, M. A. R. (2022). *Por uma Pedagogia Universitária da/na/para resistência*. (Tese de Livre Docência), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- FORPROEX. (2012). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: FORPROEX. Recuperado de [https://www.ufrgs.br/proext/wp-content/uploads/2015/10/PNE\\_07.11.2012.pdf](https://www.ufrgs.br/proext/wp-content/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf)
- Freire, P. (2013). *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2017). *Extensão Universitária: Para quê?* Recuperado de [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gomes, R. (1994). A análise de dados em pesquisa qualitativa. In M. C. Minayo, S. F. Deslandes, O. C. Neto & R. Gomes. *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. (pp. 67-80). Petrópolis: Vozes.
- Lisbôa Filho, F. F. (2022). *Extensão universitária: Gestão, comunicação e desenvolvimento regional*. Santa Maria: FACOS-UFMS. Recuperado de <https://www.ufsm.br/editoras/facos/extensao-universitaria-gestao-comunicacao-e-desenvolvimento-regional/>
- Minayo, M. C. S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou complementaridade. *Cadernos de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Santos, B. de S. (2008). A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade. In: B. de S. Santos & N. de Almeida Filho (eds.). *A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova*. (pp. 13-106). Coimbra: Almedina. Recuperado de <https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>
- UFABC. (2019). *Plano de Desenvolvimento Institucional UFABC*. Santo André: UFABC. Recuperado de <http://propladi.ufabc.edu.br/images/pdi/livro%20pdi.pdf>
- UFABC. (2020). *Guia para a Curricularização da Extensão e Cultura na UFABC*. Santo André: UFABC. Recuperado de [https://proec.ufabc.edu.br/images/a-proex/1634221630592\\_Guia\\_para\\_a\\_Curriculariza%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Extens%C3%A3o.pdf](https://proec.ufabc.edu.br/images/a-proex/1634221630592_Guia_para_a_Curriculariza%C3%A7%C3%A3o_da_Extens%C3%A3o.pdf)
- UNIFESP. (2021). *Guia para curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal de São Paulo*. São Paulo: UNIFESP. Recuperado de <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/curricularizacao/documentos>

\*\*\*

---

Como citar este artigo:

Basso, L. D. P., Lemos, A. S. R., Pimenta, P. H., Bezerra, E. S., De Azevedo, M. A. R., Galizia, F. S. (2023). Curricularização da extensão: Propostas de universidades federais paulistas. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 14(2), 189-199.

---